



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa de Estado de Direito e Justiça

(00076278, 00089163, 00085954)

Relatório Trimestral

Abril a Junho

Preparado por

Programa FORTEJ

Julho de 2014

I - Contexto político, económico e social

O segundo trimestre do ano de 2014 tem grande importância para o País, porquanto é o período em que foram realizadas as eleições gerais, que marcam o fim do período de transição decorrente do golpe de estado de 12 de Abril de 2012.

Em termos económicos e sociais, a situação do País caracteriza-se por uma grande carência de bens e serviços de primeira necessidade, como a água e luz, com falta de pagamento de salários a funcionários públicos, com longos períodos de greves no sector da educação e da saúde.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

O acesso à justiça

Centros de Acesso à Justiça (CAJ)

- Os Centros de Acesso à Justiça continuam a prestar o seu serviço de apoio jurídico às populações da Guiné-Bissau, nas três regiões e na capital Bissau. Deste modo, os CAJ cumprem o seu papel de pacificação social e de conscientização das populações acerca dos seus direitos e os mecanismos de seu exercício. Durante o II trimestre de 2014, um total de 437 pessoas (21% de mulheres) beneficiaram de apoio jurídico gratuito dos CAJ na capital e nas regiões. Em comparação com o I trimestre de 2013, foi registado um incremento ao nível da solicitação dos serviços dos CAJ por parte das populações, em ordem de 7%, pois mais 30 pessoas foram atendidas nos CAJ. Neste primeiro semestre de 2014, 844 pessoas foram atendidas nos CAJ. Em comparação com o igual período do ano passado, em que 501 pessoas foram atendidas, neste I semestre de 2014 regista-se um aumento de 383 pessoas (68%).
-

As capacidades e as competências dos actores da justiça são melhoradas

- O grupo de 10 juízes estagiários e 3 delegados do Procurador-Geral da República estagiários, terminou o período de estágio no mês de Junho. Após sua nomeação em Abril de 2013, o grupo vinha frequentando um estágio prático nos vários tribunais da capital, acompanhados de um magistrado cada um. Nos próximos tempos, os referidos juízes estagiários e delegados do ministério público estagiários poderão ser nomeados definitivamente na carreira, desde que o resultado das respectivas avaliações seja positivo.
- O II grupo de auditores de justiça do CENFOJ, nomeados recentemente juízes estagiários e delegados do ministério público estagiários, começaram em Abril último o estágio prático nos tribunais. Esta fase de estágio destina-se ao desenvolvimento das capacidades, tem a duração de dois semestres. Ao fim do primeiro semestre, uma avaliação será feita aos estagiários, permitindo ou não a sua passagem à segunda fase.

Progresso realizado em relação aos indicadores e metas identificados pelos produtos IRFF

IRFF produto 3.4 : Funções, financiamento e capacidades das instituições do estado de direito habilitados, incluindo o acesso à justiça e reparação

Indicador do produto 3.4.: Número de pessoas que têm acesso à justiça desagregadas por sexo.

Indicador a ser monitorado pelo escritório País 3.4.1.A: Número de pessoas que têm acesso aos serviços de apoio jurídico

- **3.4.1.A.1.1 : Número de homens que têm acesso aos serviços de apoio jurídico**

- **Milestone 2014** : 4512 homens têm acesso a serviços de apoio jurídico gratuito em Bissau e 3 Regiões (Oio, Cacheu e Bafata)
- **Meta anual de 2014**: 1406 pessoas com acesso a apoio jurídico
- **Meta trimestral**: 351 homens com acesso a apoio jurídico
- **Realizações do II trimestre para o indicador do produto 3.4.1.A.1.1**: ATINGIDO parcialmente em 98%. No II trimestre de 2014, **345 homens** tiveram acesso a serviços jurídicos gratuitos, abaixo da meta trimestral (menos 6 pessoas). Em comparação com o I trimestre 2014 (308 homens), há um aumento de 37 homens.
- **3.4.1.A.2.1. Número de mulheres que têm acesso a serviços de apoio jurídico**
- **Meta anual de 2014** : 469 mulheres com acesso a apoio jurídico
- **Milestone 2014** : 1249 mulheres têm acesso a serviços de apoio jurídico gratuito em Bissau e 3 Regiões (Oio, Cacheu e Bafata)
- **Meta trimestral** : 117 mulheres com a acesso a apoio jurídico
- **Realizações do II trimestre para o indicador do produto 3.4.1.A.2.1**: ATINGIDO PARCIALMENTE (84%). No II trimestre de 2014, **98 mulheres** tiveram acesso a serviços de apoio jurídico, ligeiramente abaixo da meta trimestral (menos 19 mulheres), e menos 1 em relação ao resultado do I trimestre de 2014 (99 mulheres).

III – Aspectos transversais

- De um modo geral os direitos humanos, entendidos nas suas especificidades, constituem temas transversais nas actividades dos CAJ. Em concreto, os direitos das mulheres e das crianças são temas transversais no apoio gratuito dos CAJ às populações. Do mesmo modo, o apoio jurídico gratuito aos refugiados, a assistência aos presos e detidos preventivamente, consituem aspectos transversais da actuação dos TAJ. Nesta ordem de ideias, foram realizadas neste trimestre acções de sensibilização e palestras sobre direitos humanos nas regiões de Cacheu, Oio e Bafata. Nestes eventos foram abordados temas como o casamento precoce, a violência doméstica, a excisão feminina, etc. Nos intervalos das palestras foram apresentadas peças teatrais de modo a facilitar a compreensão e tomada de consciência por parte das populações dos seus direitos e mecanismos de seu exercício.

IV – Realizações registadas na gestão dos fundos

Award # in Atlas	Programme Name	Project/ Budget Number	Total Budget (2014)	2 nd Quarter Expenditures 2014 (April-June)	Deliver y Rate %	Project Durati on	Status (active/ completed)	Approv al Date and Authori zation Period
00051229	Rule of Law and Justice	00089163	648,000 USD	117,718.67 USD	10.25%	2 years	Active	Jan 2014 – Dec 2015
00051229	Renforcement de l'État de Droit et Sécurité en Guinée-Bissau (FORTES/RoLS)	00076278	500,000 USD	82,880.26 USD	7.2%	1 an	Active	Septembr e 2010 – Septembr e 2013
00072992	Justice on Wheels	00085954	0.00 USD	0.00 USD	0%	1 an	Active	Décembr e 2011 –

								Décembr e 2013
	TOTAL		1,148,000 USD	200,598.93 USD	17.46%			

V – Desenvolvimento das parcerias e mobilização de recursos

- Os CAJ desenvolvem parcerias com ONGs e Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área dos direitos humanos, visando a troca de informações e agendamento de algumas actividades conjuntas. A título exemplificativo, o CAJ de Bafata manteve no último trimestre encontros regulares com a PLAN INTERNATIONAL, a AMIC, a RENLUV, a Delegacia Regional da Liga Guineense dos Direitos Humanos, a Delegacia Regional do Ministério Público, a MANITESE, e a FEC. A parceria com diferentes organizações resultou numa série de reuniões de trabalho e palestras sobre direitos das mulheres e crianças, as práticas nefastas na saúde da mulher e criança, o casamento precoce, a excisão feminina, etc.
- Além das parcerias externas, o projecto estabelece parcerias internas ao nível do programa, isto é, com outro projecto do PNUD, concretamente o projecto dos direitos humanos. No âmbito da parceria com o projecto dos direitos humanos, os CAJ têm realizado acções conjuntas de sensibilização em direitos humanos, direitos das mulheres e crianças, nas regiões de Bafata e Oio. A finalidade dessa parceria é a de coordenar as acções do PNUD através dos vários projectos, evitando a duplicação e permitindo a maximização dos recursos e optimização dos resultados.
- No que diz respeito a esforços de mobilização de recursos, o programa, em parceria com a DPA, UNODC e UNICEF, apresentou uma manifestação de interesse numa proposta conjunta para a *Inter Agency Security Sector Reform Task Force (IASSRTF)*. A gestão da IASSRTF respondeu positivamente à aplicação conjunta e a Guiné-Bissau foi seleccionada como beneficiária. Foram mantidas várias reuniões de trabalho entre agências com a finalidade de discutir as modalidades de financiamento mais adequadas e mecanismos de gestão. O referido projeto conjunto irá fortalecer a Polícia Judiciária no país, através de duas componentes principais: o desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional / operacional. O tecto inicial para o financiamento IASSRTF é de 500.000 USD por um período de dois anos.

VI – Gestão de riscos

- A não apropriação nacional do projecto é um risco que existe neste momento. Contudo, a entrada em funcionamento das novas autoridades faz baixar o nível de risco existente, sendo sinal de uma forte possibilidade de apropriação futura por parte das novas autoridades democraticamente eleitas. Por outro lado, a não colocação dos magistrados estagiários nos tribunais e localidades onde não há magistrados é um risco que pode colocar em causa os resultados do projecto, nomeadamente a colocação em funcionamento dos juízes e delegados do Ministério Público formados graças ao apoio do projecto. Para a gestão destes riscos, o projecto continua a fazer a advocacy junto dos parceiros, nomeadamente o Supremo Tribunal e a Procuradoria Geral da República, com vista a impulsionar ou incentivar as autoridades nacionais para a nomeação definitiva dos magistrados estagiários e sua colocação nos tribunais onde não haja magistrados. Por outro lado, a gestão do projecto vai

continuar nos próximos meses com os pagamentos directos dos servidores dos diferentes serviços, de modo a manter um nível aceitável de confiança entre as partes envolvidas.

- Outro risco, de natureza operacional, tem a ver com a não disponibilização do ASL no sistema para o uso dos fundos DGTTF. Esta dificuldade de ordem interna iria pôr em causa a credibilidade do PNUD perante os seus parceiros, na medida em que não haveria possibilidade de construir os tribunais de sector, conforme a decisão tomada em reunião do comité de pilotagem. Para mitigar esse risco, foram realizados contactos com a coordenação dos fundos DGTTF, que deu orientações à gestão do projecto para redefinir os plano de trabalho do projecto de acordo com os objectivos dos fundos.

VII - Obstáculos e oportunidades

- Falta de colaboração das autoridades administrativas.
- Falta de juízes ou de magistrados do Ministério Público nos tribunais de sector em algumas regiões.
- Para resolver os obstáculos acima referidos o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU) do Ministério da Justiça tem solicitado uma maior colaboração das outras entidades do Estado, nomeadamente o Supremo Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral da República para colocar magistrados nessas localidades.
- A entrada em funções do novo governo é uma oportunidade para a resolução destes problemas, mas também para o incremento das actividades do projecto.

VIII - Desafios, respostas e lições aprendidas

- Funcionamento irregular dos tribunais de sector, particularmente nas regiões de Cacheu e Oio.
- A troca de sinergias com OSC que trabalham na área dos direitos humanos é uma lição aprendida.

IX - Recomendações

- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs (particularmente em relação à protecção dos direitos das mulheres).
- Focar as acções sobre as mulheres e crianças, consideradas o grupo alvo.
- Reforçar a sensibilização nos PAS.
- Sensibilização nas rádios sobre direitos das mulheres e crianças.
- Fortalecer relações com os anciãos.
- Em parceria com o GICJU, fomentar seminários com diferentes agentes de justiça : ministério público, juízes, polícia judiciária, etc.

Assinaturas

Pelo parceiro de implementação :

Nome e Apelido : Paulo Mendes Almeida

Função : Director Geral de Implementação de projectos

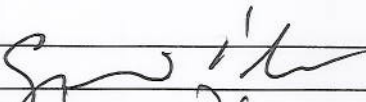
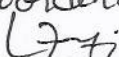
Assinatura : 

Data : 23/7/14

Pelo gestor do projecto :

Nome e Apelido : GIOVANNI FRANCISCO D'AMATO

Função : COORDENADOR DO PROJECTO

Assinatura : 	Data : 22/07/2014
Pelo Governo :	
Nome e Apelido: Luís Peti	
Função : Coordenador do CAI : Adjunto coordenador do GICIU	
Assinatura : 	Data : 23/07/14

Annexes

- Matrice de suivi des indicateurs
- Tableau de suivi de l'exécution financière
- Rapports de mission
- Plan de travail du trimestre suivant

EXPECTED OUTPUTS	PLANNED ACTIVITIES				PLANNED BUDGET			
	Timeframe			Responsible Party	Funding Source	Budget Description	Amount \$ USD	
	July	Aug	Sept					
Output1 (UNDP Strategic Planning 2013-2014) Les acteurs du secteur de la justice disposent des mécanismes institutionnels et des ressources humaines qualifiées pour assurer l'accès et l'utilisation des services de qualité (services juridiques et judiciaires) au niveau national et local								
Output 1 Access to justice and justice service delivery at the community level improved	1.1 Support five (5) Access to Justice Centers established (SAB, Oio, Cacheu and Bafata) to provide free legal aid to the population, particularly to the poor, women and the most disadvantaged groups.	X	X	X	UNDP	BCPR	73100	7,750
							72400	11,500
							73400	6,000
							71500	825
							71400	37,950
							71500	9,075
							DGTTF	48,000
								40,000
								13,000
				6,000				
Output 2 Skills and competencies of Justice Sector Actors Enhanced	1.2 Support provision of pro-bono legal assistance and representation in court through National BAR Association, under micro grant schemes	X	X	X	UNDP	BCPR	72600	18,500
Output 2 Skills and competencies of Justice Sector Actors Enhanced	1.3 Construction and equipping of two (2) Community Courts, respectively in Cacheu (Canchungo) and Oio (Mansoa) regions, where Access to Justice Centers have been previously established			X	UNDP	BCPR	72100	49,000
Sub-total Output 1: 247,600								
Output 2 Skills and competencies of Justice Sector Actors Enhanced	2.1 Support the National Judicial Training Center (CENFOJ) to ensure that the educational institution is fully staffed and equipped for adequate working conditions	X	X	X	UNDP	BCPR	71500	825
							71400	10,000
							72500	2,500
							72300	1,750
							72400	2,500
					TRAC	71500	2,475	

	2.2 At the CENFOJ, deliver complementary courses (refresher trainings), on both criminal and civil law matters, to magistrates (Judges and Prosecutors) currently on duty at the Community Courts	X	X		UNDP	DGTF	71300	21,000
	2.3 Assistance and supervision for judges and prosecutors stagiaires during their probation period including final evaluation report for Superior Councils	X			UNDP	DGTF	72600	5,000
Sub-total Output 2: 46,050								
Output 3 Justice Sector Coordination and Governance Enhanced	3.1 Strengthen CSO's capacity to ensure objective monitoring of justice service delivery, to be in full compliance with the rule of law and human rights standards, particularly in regard to case of abuse of women and children rights.		X	X	UNDP	DGTF	72600	9,000
Sub-total Output 2: 9,000								
Total 3rd Quarter 2014: 302,650								

Projects Outputs	Indicators (with baseline and targets)	Method of Data Collections	Timeframe	Responsible Party	Means of Verification	Resources	Risks
Output 1 Access to justice and justice service delivery at the community level improved	<p>Indicator: Number of beneficiaries (disaggregated by gender) that recurred to Legal Aid services provided by the Access to Justice Centers (CAJs) in the Regions of Oio, Cacheu, Bafata and SAB</p> <p>Baseline: Since April 2014 to June 2014, the CAJs have assisted 437 beneficiaries (22% women). Since January and June 2014, 844 people benefitted by Free Legal Aid Services.</p> <p>Target: A total of 450 people benefitted by Free Legal Aid Services during 3rd Quarter 2014</p>	Meetings	Quarterly	Moj/UNDP	Report provided by GICJU (Moj)	247,600USD	Hypothesis: the availability of GICJU to organize regular meetings.
Output 2 Skills and competencies of Justice Sector Actors Enhanced	<p>Indicator: Percentage of magistrates <i>estagiaires</i> (1st group) that successfully completed their internship phase in court</p> <p>Baseline: In December 2013, 81% of the candidates enrolled in the second edition of the in-take career course for magistrates have successfully completed the theoretical modules held at CENFOJ</p> <p>Target: At least 75% of the 1st group of magistrates <i>estagiaires</i> completed their internship phase in court by June 30th</p>	Meetings	Quarterly	Moj/UNDP	Report provided by CENFOJ (Moj)	46,050 USD	Hypothesis: the availability of CENFOJ to organize regular meetings.
Output 3 Justice Sector Coordination and Governance Enhanced	<p>Indicator: First Judicial System Monitoring thematic Report developed and published in Guinea-Bissau by CSO</p> <p>Baseline: Absence of Judicial Monitoring by CSO</p> <p>Target: Civil Society exercise its oversight function (watchdog function) over the judiciary</p>	Meetings	Quarterly	CSO/UNDP	Index and First draft of the Thematic Report available	9,000 USD	Delay in the drafting the Report by CSO